

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12/03/2019

Violência doméstica: 1 milhão de casos sem solução

Mais de um milhão de casos de violência contra a mulher estão pendentes na justiça.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/12/TVBANDEIRANT>

[ESNACIONAL-19.54.17-19.56.46-1552438843.mp4](#)

Mulher receberá indenização de R\$ 400 após comprar bombons com larvas em Linhares (Folha Vitória)

Foto: divulgação/ tjcs

A 2ª Vara Cível e Comercial de Linhares julgou procedente o pedido ajuizado por uma consumidora que alegou ter adquirido mercadoria imprópria para consumo. Segundo a mulher, um bombom que ela havia comprado em um estabelecimento comercial do município estava contaminado por larvas. Por causa disso, ela requereu indenização a título de reparação moral pelo ocorrido.

O juiz responsável pelo julgamento do caso acolheu o pedido e decidiu pela condenação, tanto da fabricante quanto da fornecedora do produto, ao pagamento de R\$400, a fim de reparar o prejuízo causado à requerente.

Em contrapartida ao que foi narrado na petição autoral, a fabricante, 1ª requerida, e a fornecedora, 2ª requerida, defenderam que houve má-fé por parte da consumidora. No entanto, o juiz concluiu que a autora comprovou o fato narrado com nota fiscal, imagens e vídeos, enquanto as requeridas não juntaram provas confirmando a má-fé alegada na defesa.

Quanto ao pedido de danos morais, o magistrado entendeu que houve prejuízo que atingiu a honra da autora. "Para que se possa falar em dano moral, é preciso que a pessoa seja atingida em sua honra, sua reputação, sua personalidade, seu sentimento de dignidade, passe por dor, humilhação, constrangimentos, tenha os seus sentimentos violados. Nesse sentido, haja vista que a parte requerente chegou a consumir o alimento e que nitidamente pelas imagens e vídeos é possível perceber a presença de teias de aranha ou similar no interior do produto, vislumbro nos autos a ocorrência de dano moral", explicou o juiz, em sua sentença.

A 2ª Vara Cível e Comercial de Linhares julgou procedente o pedido ajuizado por uma consumidora que alegou ter adquirido mercadoria imprópria para consumo. Segundo a mulher, um bombom que ela havia comprado em um estabelecimento comercial do município estava contaminado por larvas. Por causa disso, ela requereu indenização a título de reparação moral pelo ocorrido.

O juiz responsável pelo julgamento do caso acolheu o pedido e decidiu pela condenação, tanto da fabricante quanto da fornecedora do produto, ao pagamento de R\$400, a fim de reparar o prejuízo causado à requerente.

Em contrapartida ao que foi narrado na petição autoral, a fabricante, 1ª requerida, e a fornecedora, 2ª requerida, defenderam que houve má-fé por parte da consumidora. No entanto, o juiz concluiu que a autora comprovou o fato narrado com nota fiscal, imagens e vídeos, enquanto as requeridas não juntaram provas confirmando a má-fé alegada na defesa.

Quanto ao pedido de danos morais, o magistrado entendeu que houve prejuízo que atingiu a honra da autora. "Para que se possa falar em dano moral, é preciso que a pessoa seja atingida em sua honra, sua reputação, sua personalidade, seu sentimento de dignidade, passe por dor, humilhação, constrangimentos, tenha os seus sentimentos violados. Nesse sentido, haja vista que a parte requerente chegou a consumir o alimento e que nitidamente pelas imagens e vídeos é possível perceber a presença de teias de aranha ou similar no interior do produto, vislumbro nos autos a ocorrência de dano moral", explicou o juiz, em sua sentença.

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/mulher-recebera-indenizacao-de-r-400-apos-comprar-bombons-com-larvas-em-linhares-12032019>

João de Deus consegue habeas corpus, mas permanecerá preso

Desembargadores da 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** de Goiás (TJ-GO) concederam, nesta terça-feira (12), habeas corpus em favor do médium João Teixeira de Faria, o João de Deus, e de seu filho, Sandro Teixeira.

No total, foram 4 votos a 1 a favor da libertação dos réus. O julgamento havia sido interrompido na quinta-feira passada (7) e foi retomado hoje. Apesar do resultado, João de Deus permanecerá preso, já que existem outros mandados de prisão contra ele em processos a que responde na Justiça. O médium está preso em Goiânia desde o dia 16 de dezembro do ano passado.

Já Sandro Teixeira deverá deixar o presídio de Goianápolis, a cerca de 50 quilômetros de Goiânia, nas próximas horas. O habeas corpus concedido a Sandro refere-se a uma ação penal em que o filho do médium de Abadiânia (GO) é acusado, juntamente com o pai, pelos crimes de coação de testemunha e corrupção ativa, em um caso que teria ocorrido em 2016.

João de Deus é réu em duas ações penais decorrentes de denúncias feitas pelo Ministério Público de Goiás envolvendo casos de abuso sexual a frequentadoras da Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, onde o médium prestava atendimento espiritual. Ele nega todas as acusações.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/03/joao-de-deus-consegue-habeas-corpus-mas-permanecera-preso-1014171839.html>

Jovem que agrediu estudante da Ufes em Vitória é autuado por tentativa de homicídio

Por G1 ES

O jovem que agrediu uma estudante da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) quando ela chegava para a aula, por volta de 6h30 desta terça-feira (12), foi autuado por tentativa de homicídio. A informação é da Polícia Civil.

Inicialmente, a Ufes informou que o suspeito, identificado como Deivid Pereira, não era aluno da universidade. Mas, à tarde, voltou atrás e disse que ele cursa física desde 2017.

O homem tentou estrangular a estudante de Arquitetura e Urbanismo no Centro de Artes, onde fica o prédio do curso, no campus de Goiabeiras.

Ao ser agredida, a estudante gritou e foi socorrida por uma auxiliar de serviços gerais que deu vassouradas no agressor. Logo em seguida, a mulher acionou um vigilante que estava próximo do local foi ajudar a estudante.

A estudante foi levada para o Departamento de Atenção à Saúde (DAS) da Ufes onde recebeu atendimento psicológico e assistencial. Ela afirma que nunca tinha visto o agressor antes do ataque.

A Gerência de Segurança e Logística da Ufes informou que em uma ação conjunta entre vigilantes da Universidade e policiais militares, o suspeito foi detido e levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) em Vitória.

Depois do atendimento, a aluna e o vigilante foram para o DPJ prestar depoimento sobre o caso.

Deivid Pereira foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio e será encaminhado para o Centro Triagem de Viana (CTV), onde passará por audiência de custódia.

A Administração Central da Ufes informou que, atualmente, a vigilância no campus de Goiabeiras é realizada por meio de vigilantes próprios e terceirizados, além de policiais militares presentes 24 horas no local.

Por motivo de segurança, a Ufes não informa o quantitativo de seguranças e policiais que atuam no

campus, mas disse que ainda neste primeiro semestre, o quantitativo de policiais militares no campus será ampliado.

Além da presença de vigilantes, seguranças e policiais militares, o campus de Goiabeiras conta com um sistema de videomonitoramento, com mais de 400 câmeras que funciona 24 horas, segundo a Universidade.

A instituição disse, ainda, que desenvolveu o aplicativo Alerta Ufes, que aciona diretamente a central de videomonitoramento; que poda de árvores que estejam prejudicando a iluminação ou visibilidade de alguma câmera; que faz a manutenção da iluminação e substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de led, além do investimento em equipamentos para os seguranças da Universidade.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/03/12/jovem-que-agrediu-estudante-da-ufes-em-vitoria-e-autuado-por-tentativa-de-homicidio.ghtml>

Agressor de estudante da Ufes é autuado por tentativa de homicídio

O estudante Deivid Pereira, acusado de atacar uma estudante de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) nesta terça-feira (12), foi autuado por tentativa de homicídio. A informação foi confirmada pela Polícia Civil, que informou que Deivid foi autuado em flagrante e será encaminhado para o Centro de Triagem de Viana (CTV), onde passará por audiência de custódia.

A reportagem do Gazeta Online conversou com um primo do agressor, um programador de 32 anos que não quis se identificar. Ele informou que teve contato com Deivid na delegacia e que ele está com as ideias desorganizadas. Ele disse, ainda, que o agressor é um menino visionário, tranquilo e que o que aconteceu não condiz com o estilo de vida dele. A mãe de Deivid, uma doméstica, informou que não tem condições de falar sobre o caso. Pela manhã, ela declarou que está muito nervosa e que não esperava por uma situação como essa.

> Após ser atacada na Ufes, estudante diz que não deixará de ir às aulas

Deivid é aluno do curso de Física do turno da noite. A agressão aconteceu antes das 7 horas da manhã desta terça, perto do início da aula. Ainda não há informação da motivação do crime. Testemunhas informaram que o agressor tentou esganar a jovem apertando o pescoço dela.

De acordo com a enfermeira responsável pelo Departamento de Atenção à Saúde (DAS) da universidade, onde a vítima foi atendida, a estudante chegou chorando muito e relatou que estava sendo apertada no pescoço pelo homem. Ela conseguiu gritar e uma auxiliar de limpeza tentou ajudar, batendo na cabeça de Deivid com uma vassoura.

VEJA VÍDEO

INSEGURANÇA PARA ESTUDAR

A estudante do terceiro período de Arquitetura, Isabella Barbosa, contou à reportagem do Gazeta Online que chegou ao local por volta de 6h40 e o homem já estava detido no chão do Cemuni III. "Fiquei pensando se eu tivesse chegado 40 minutos antes... Não tem como se sentir segura para estudar, de manhã cedo ou de noite. A professora está querendo

mudar o horário da aula de manhã, porque não botam seguranças aqui. A gente está totalmente exposta aqui. Muita gente vem de ônibus e tem que andar a pé até o ponto de ônibus", declarou.

> Estado admite que condenados por tortura dirigem presídios

Já a estudante Daiane Vieira está no quinto período e também estuda com a universitária que foi agredida. Ela chegou a conversar com a jovem e disse que ela está bem. Ela ficou preocupada com a situação. "A gente fica abandonada aqui. A gente como mulher se sente insegura. No Cemuni entra quem quiser e quando quiser", lamentou.

PRONUNCIAMENTO DO CURSO DE ARQUITETURA

Na manhã de hoje (12/03/2019), antes de 7:00 da manhã, uma aluna foi agredida dentro do Cemuni 3 (prédio da Arquitetura e Urbanismo UFES) por um homem que até o momento não temos informação sobre quem é e é desconhecido da aluna.

Através de informação que recebemos, no momento do acontecido só tinham 3 mulheres dentro do prédio: uma aluna, a secretária e a funcionária responsável pela limpeza do prédio.

Ao ser enforcada, a aluna foi socorrida num primeiro momento pelas funcionárias, enquanto uma ajudou a interromper a agressão junto e um guarda que chegou na hora. A outra funcionária foi acionar a segurança do campus.

Desde o início da agressão até a aluna conseguir ser separada do agressor foram cerca de 20 minutos.

A aluna foi encaminhada ao DAS (Departamento de Atenção à Saúde) no primeiro momento e o agressor foi detido pela Polícia Militar.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/03/agressor-de-estudante-da-ufes-e-autuado-por-tentativa-de-homicidio-1014171813.html>

STF votará a quebra de sigilo de dados telefônicos em aparelhos encontrados na cena de crimes (Justiça)

Folha Espírito Santo

O Pleno do Supremo Tribunal Federal irá julgar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 1042075, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, que discutirão a validade do acesso, pela autoridade policial, sem autorização judicial, à agenda telefônica e ao registro de chamadas em aparelho celular encontrado por acaso no local do crime. O recurso é interposto pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que reconheceu a ilicitude dessa conduta. Segundo o Ministério Público, a autorização judicial seria dispensável, pois se trataria de mera apreensão de bens relacionados ao crime, sendo uma obrigação da autoridade policial a apreensão de todos os objetos ligados à prática do crime, conforme previsto no art. 6º do Código de Processo Penal.

Caso o Supremo Tribunal Federal negue provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público, restará consolidado o entendimento que o acesso a informações constantes em celulares apreendidos pela autoridade policial, deverá ser precedido de autorização judicial, sob pena de ser a prova ilícita. Por outro lado, na hipótese do Supremo Tribunal Federal dar provimento ao recurso da acusação, irá admitir a quebra de sigilo de dados sem a necessidade de autorização judicial, abrindo um perigoso precedente e admitindo a violação do direito à intimidade.

Segundo Guilherme Cremonesi, head da área penal empresarial do escritório Finocchio & Ustra Advogados, a autoridade policial ao apreender os objetos relacionados ao crime, previsto no art. 6º, do Código de

Processo Penal, não está autorizado sem a devida autorização judicial o acesso aos dados armazenados em telefone celular. Isso porque, ainda que se entenda não se trate diretamente de quebra de sigilo telefônico, é inegável a violação da garantia à intimidade e da vida privada, prevista no art. 5º, X, da Constituição Federal. De acordo com o Cremonesi, na hipótese de localização ocasional de celular pela autoridade policial, deve ser realizada a apreensão do aparelho e,

posteriormente, a representação ao juízo para quebra de sigilo de dados e/ou sigilo telefônico ali armazenados e, somente após tal autorização, pode ser feito o acesso às informações contidas no aparelho, pois sem a autorização judicial a prova se torna ilícita. O advogado ainda ressalta que o fim não pode justificar os meios, pois para que as condenações sejam justas, elas devem obedecer ao devido processo legal, sob pena de violarem o Estado Democrático de Direito.

Guilherme Cremonesi, além de gestor da área penal do escritório de advocacia empresarial Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados, está entre os advogados mais admirados do Brasil em direito penal pela Análise Advogacia de 2018. Foi Presidente da Comissão de Direito Penal Econômico da OAB/Campinas e Presidente da Comissão de Criminal Compliance do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Relações Empresariais Internacionais - IBREI. e está à disposição para falar mais sobre este julgamento.

Site:

<https://folhaespiritosanto.com.br/noticias/justica/stf-votara-a-quebra-de-sigilo-de-dados-telefonicos-em-aparelhos-encontrados-na-cena-de-crimes/>

Agressor de estudante da Ufes é autuado por tentativa de homicídio (Promoções)

Por: Esthefany Mesquita

O estudante Deivid Pereira, acusado de atacar uma estudante de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) nesta terça-feira (12), foi autuado por tentativa de homicídio. A informação foi confirmada pela Polícia Civil, que informou que Deivid foi autuado em flagrante e será encaminhado para o Centro de Triagem de Viana (CTV), onde passará por audiência de custódia.

A reportagem do Gazeta Online conversou com um primo do agressor, um programador de 32 anos que não quis se identificar. Ele informou que teve contato com Deivid na delegacia e que ele está com as ideias desorganizadas. Ele disse, ainda, que o agressor é um menino visionário, tranquilo e que o que aconteceu não condiz com o estilo de vida dele. A mãe de Deivid, uma doméstica, informou que não tem condições de falar sobre o caso. Pela manhã, ela declarou que está muito nervosa e que não esperava por uma situação como essa.

> Após ser atacada na Ufes, estudante diz que não deixará de ir às aulas

Deivid, segundo a família, é aluno do curso de Física do turno da noite, também na Ufes. A universidade foi acionada para confirmar a informação.

A agressão aconteceu antes das 7 horas da manhã desta terça, perto do início da aula. Ainda não há informação da motivação do crime. Testemunhas informaram que o agressor tentou esganar a jovem apertando o pescoço dela.

De acordo com a enfermeira responsável pelo Departamento de Atenção à Saúde (DAS) da universidade, onde a vítima foi atendida, a estudante chegou chorando muito e relatou que estava sendo apertada no pescoço pelo homem. Ela conseguiu gritar e uma auxiliar de limpeza tentou ajudar, batendo na cabeça de Deivid com uma vassoura.

VEJA VÍDEO

INSEGURANÇA PARA ESTUDAR

A estudante do terceiro período de Arquitetura, Isabella Barbosa, contou à reportagem do Gazeta

Online que chegou ao local por volta de 6h40 e o homem já estava detido no chão do Cemuni III. "Fiquei pensando se eu tivesse chegado 40 minutos antes... Não tem como se sentir segura para estudar, de manhã cedo ou de noite. A professora está querendo mudar o horário da aula de manhã, porque não botam seguranças aqui. A gente está totalmente exposta aqui. Muita gente vem de ônibus e tem que andar a pé até o ponto de ônibus", declarou.

> Estado admite que condenados por tortura dirigem presídios

Já a estudante Daiane Vieira está no quinto período e também estuda com a universitária que foi agredida. Ela chegou a conversar com a jovem e disse que ela está bem. Ela ficou preocupada com a situação. "A gente fica abandonada aqui. A gente como mulher se sente insegura. No Cemuni entra quem quiser e quando quiser", lamentou.

PRONUNCIAMENTO DO CURSO DE ARQUITETURA

Na manhã de hoje (12/03/2019), antes de 7:00 da manhã, uma aluna foi agredida dentro do Cemuni 3 (prédio da Arquitetura e Urbanismo UFES) por um homem que até o momento não temos informação sobre quem é e é desconhecido da aluna.

Através de informação que recebemos, no momento do acontecido só tinham 3 mulheres dentro do prédio: uma aluna, a secretária e a funcionária responsável pela limpeza do prédio.

Ao ser enforcada, a aluna foi socorrida num primeiro momento pelas funcionárias, enquanto uma ajudou a interromper a agressão junto e um guarda que chegou na hora. A outra funcionária foi acionar a segurança do campus.

Desde o início da agressão até a aluna conseguir ser separada do agressor foram cerca de 20 minutos.

A aluna foi encaminhada ao DAS (Departamento de Atenção à Saúde) no primeiro momento e o agressor foi detido pela Polícia Militar.

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/03/agressor-de-estudante-da-ufes-e-autuado-por-tentativa-de->

homicidio-1014171813.html

Jovem que estrangulou estudante na Ufes é autuado por tentativa de homicídio (Polícia)

Redação Tribuna Online

O estudante do quarto período de Física, suspeito de estrangular uma universitária de Arquitetura dentro de um dos prédios da Ufes, foi autuado por tentativa de homicídio pela Polícia Civil. A informação foi confirmada na tarde desta terça-feira (12).

Pela manhã, a estudante estava em um dos prédios do campus de Vitória quando foi atacada pelo suspeito, sofrendo uma tentativa de estrangulamento. Ela foi socorrida por vigilantes e uma zeladora, que chegou a agredir o suspeito com uma vassoura.

Por meio de nota, a Polícia Civil informou que o suspeito será encaminhado para o Centro de Triagem de Viana (CTV), onde passará por audiência de custódia.

Mais cedo, a mãe do suspeito, em entrevista ao Jornal A Tribuna, informou que ele não consome bebidas alcoólicas e não usa drogas. Ela também informou que ele é aluno de quarto período de Física na Ufes. A Universidade, no entanto, negou que ele seja aluno da instituição.

Leia mais:

Mãe de suspeito de estrangulamento na Ufes diz que "fizeram algo com meu filho"

Estudante sofre tentativa de estrangulamento na Ufes

Site: <https://tribunaonline.com.br/jovem-que-estrangulou-estudante-na-ufes-e-autuado-por-tentativa-de-homicidio>

Tribunais se mobilizam para a 13ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa

Vai até sexta-feira (15/3) o mutirão da Justiça para promover ações de prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher. A 13ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa é uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e ocorre simultaneamente em todas as unidades da Federação. Dados do **CNJ** revelam que o número de casos de feminicídio e de violência doméstica tem crescido nos últimos anos. Atualmente, tramitam quase 5 mil processos de feminicídio no Poder Judiciário brasileiro.

Em várias cidades, a Semana Justiça pela Paz em Casa, promove, além de julgamentos de homicídios e de tentativas de feminicídio, atividades pedagógicas aos cidadãos e serviços de atendimento, e ainda palestras sobre as relações de gênero. No Espírito Santo, o ônibus do **Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha** vai circular por praças populares de diversos municípios para oferecer orientação jurídica e psicológica às mulheres. A conselheira do **CNJ** Daldice Santana, coordenadora do Movimento de Combate à Violência Doméstica e Familiar do **CNJ**, participou da abertura do evento, em Vitória.

Daldice reforçou a importância da capacitação dos membros do sistema de Justiça e do sistema de saúde, assim como a integração do trabalho entre aqueles que participam da rede de proteção de mulheres e jovens. "A ação do sistema de Justiça precisa ser rápida e efetiva. Esse é um problema que interessa a todos, vítima, Estado e sociedade. O próprio sistema de saúde precisa estar preparado para identificá-lo. Uma ação correta pode salvar vidas", afirmou Daldice Santana.

Para a conselheira, a Lei Maria da Penha só conseguirá ser concretizada de maneira satisfatória se houver integração no trabalho de todos os órgãos que lidam diretamente com esses casos. "Quando alguma mulher rompe o silêncio, precisa sentir-se protegida pela lei. Não é justo que esta mulher e seus filhos sejam vítimas de negligência ou despreparo nos serviços públicos em que buscam ajuda", disse.

"É importante que os trabalhos de prevenção sejam feitos durante todo o ano e com a ajuda dos parceiros. Precisamos extinguir essa cultura, essa naturalização da violência contra as mulheres", reforçou a coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do **Tribunal de Justiça do**

Espírito Santo (TJES), juíza Hemínia Azoury.

Em Brasília, a abertura da Semana Justiça pela Paz em Casa contou com a experiência da juíza Adriana Ramos de Mello, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que proferiu palestra sobre a cultura da violência e o machismo, e com o depoimento de uma vítima de tentativa de feminicídio. A convidada Maria Francisca, 34 anos, teve parte do corpo queimado, mas sobreviveu ao ataque e hoje luta para visibilizar o problema. Também no sentido de chamar atenção e sensibilizar a população para a naturalização dos casos de violência, os servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) apresentarão a campanha #nãoosecale.

No ano passado, os 19 juizados especializados em violência doméstica do Distrito Federal contabilizaram 20 mil novos casos de violência contra a mulher e deferiram quase 11 mil medidas protetivas de urgência em favor das vítimas. Os tribunais do Júri analisaram 62 casos de feminicídio ou de tentativa de homicídio.

Marco legal em relação a um crime considerado até pouco tempo de menor potencial ofensivo e punido com pagamento pecuniário, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) mudou a ideia de que violência doméstica deva ser tratada no âmbito privado. A norma estabelece que todo caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime e deve ser apurado por meio de inquérito policial e remetido ao Ministério Público.

A lei tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

O combate à impunidade nos casos de violação de direitos humanos e a busca pela melhoria e agilidade no atendimento de mulheres vítimas de violência têm sido um dos focos do **CNJ**. Desde 2007, o Conselho realiza uma vez por ano a Jornada Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que auxiliou na implantação das varas especializadas nos estados brasileiros. O órgão também promoveu a criação do Fórum Permanente de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher (Fonavid), que publicou importantes enunciados para uniformizar o trabalho de servidores e magistrados e os procedimentos das varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2017, o **CNJ** instituiu a Política Nacional de Combate à Violência contra Mulheres por meio da Resolução nº 254/2018.

Regina Bandeira Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88569-tribunais-participam-da-13-edicao-de-semana-pela-paz-em-casa>

CNJ e Defensorias tentam aliviar superlotação nas cadeias

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o Colégio Nacional dos Defensores Públicos e a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos assinam nesta terça-feira uma cooperação para diminuir a superlotação do sistema carcerário.

Viúva de Marielle quer rapidez para apurar mandante do crime

Verba da Prefeitura de SP contra enchentes cai 21% em um ano

Secretário: Só saiam em caso de extrema necessidade

Mutirões ajudam atingidos pela chuva na Grande São Paulo

Presos dois suspeitos pelo assassinato de Marielle

Será criada uma força-tarefa para identificar detentos que estejam encarcerados mesmo após cumprimento da pena. Também serão alvo presos provisórios que não necessariamente precisam esperar o julgamento na cadeia.

Defensores públicos estaduais e da União farão visitas a presídios, que deverão durar de uma semana a dez dias.

Depois da assinatura do termo, às 14h de hoje, em Brasília, o **CNJ** fará um estudo para descobrir quais lugares têm as piores situações. Com base nessa pesquisa será determinada a ordem de prioridade das visitas dos defensores.

A princípio, as cinco penitenciárias do Sistema Federal ficarão fora da ação. Elas têm boas condições materiais e não estão superlotadas. Esses presídios foram criados para isolar os criminosos mais perigosos do país.

As Defensorias vistoriam presídios regularmente. Nessas incursões, porém, o foco é a situação geral das prisões. A nova iniciativa priorizará a situação individual dos detentos.

De acordo com a plataforma Geopresídios, mantida pelo **CNJ**, cinco Estados têm um déficit de vagas em seus sistemas prisionais acima de 100%. Faltam

vagas em todos.

Ainda segundo o Geopresídios, há 242.954 presos provisórios no Brasil. São pessoas que tiveram prisão preventiva ou temporária decretada, ou foram presos em flagrante. O País tem mais de 700 mil detentos.

O Brasil prende muito em flagrante, se a pessoa for pobre tem dificuldade em ter uma defesa. Vai presa e fica meses, às vezes anos até ter contato com algum tipo de defesa. E talvez ela não devesse estar presa nesse período, explica o presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, Padre Paulo Coelho.

Isso não significa que as Defensorias tentarão soltar todos essas pessoas, mas averiguarão em quais casos a detenção provisória se justifica - e procurarão a Justiça nos casos que julgarem necessário.

Ainda não há, porém, uma estimativa de qual será o tamanho da operação. Só quando o estudo do **CNJ** estiver pronto será possível avaliar.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/cnj-e-defensorias-tentam-aliviar-superlotacao-nas-cadeias,c95d3dce417a72e8d920d68aa299fa3fxnio8l18.html>

Juiz e esposa processam TAM e Justiça de Cachoeiro concede indenização em dobro para o magistrado

Como juiz vive sob constante olhar da sociedade, na condição de vítima, a função também deve merecer destaque e diferenciação no quantum de dano moral. Esse entendimento orientou o juiz de Direito Roney Guerra Duque, do 1º **Juizado Especial** Cível de Cachoeiro de Itapemirim, ao julgar procedente ação consumerista contra a TAM Linhas Aéreas, por fazer a troca de assentos em voo sem comunicação prévia.

O casal autor da demanda, sendo um deles magistrado, alegou que não usufruiu do serviço de marcação de assentos, pelo qual pagou US\$ 55, hoje, equivalente a R\$ 209,55. A companhia aérea afirmou que na hora da compra os clientes não providenciaram a seleção dos assentos, e portanto, quando foram realizar a nova escolha no momento do embarque, já não era mais possível se sentarem "lado a lado".

Para o julgador, não ficou demonstrado que os autores teriam sido previamente avisados e de forma satisfatória, tampouco que ficaram inertes diante das informações esclarecedoras.

"Os autores juntam um mínimo de provas/elementos suficientes a convencer da veracidade por inteiro de suas versões, ou seja, os documentos juntados pelo autor varão, atestam que os mesmos no ato da compra, escolheram e selecionaram os assentos desejados "20K e 20F" (lado a lado), contudo, por algum motivo, volto a dizer, "desconhecido" (fortuito interno), o desejado e contratado não fora devidamente efetivado".

Entendendo comprovada a falha na prestação do serviço, o juiz Roney Duque determinou o ressarcimento e também concluiu pela existência de dano moral - ao considerar que a viagem era para a lua de mel do casal, "algo único e marcante na vida das pessoas".

É nesse momento que o magistrado anota que o autor varão exerce o cargo e a função de magistrado: "cuja postura na vida pública é por demais fiscalizada, de estar sob constante vigilância social, não simples, mas exacerbada, de ter que apresentar-se irrepreensível na vida pública para com a sociedade, de estar sob constante olhar da sociedade para com o magistrado,

quando não, os juízes, são punidos previamente e severamente por simplesmente fato de "aparências de erro", agora um, aqui neste feito, como vítima, também deva merecer destaque e diferenciação no quantum a ser fixado".

Dessa forma, o juiz fixou R\$ 5 mil de dano moral para a esposa e R\$ 10 mil para magistrado.

Com informações do portal Migalhas .

Veja a sentença .

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/03/juiz-e-esposa-processam-tam-e-justica-de-cachoeiro-concede-indenizacao-em-dobro-para-o-magistrado/>

Seminário da Fapes marca início de pesquisas para melhorar SUS

A qualidade do serviço realizado pelo Sistema Único de Saúde pode dar um salto com pesquisas que começam a ser desenvolvidas no Espírito Santo. Os projetos foram selecionados na chamada pública lançada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (Fapes) em parceria com outros órgãos, e serão apresentados no Seminário Marco Zero, nesta quarta-feira (13).

O objetivo do evento é aumentar o potencial de incorporação dos resultados, por meio de possíveis ajustes metodológicos. Entre os temas, destacam-se os oito estudos que propõem analisar a atenção primária à saúde. Além deles, o edital selecionou trabalhos sobre judicialização da saúde e mortalidade perinatal.

O Seminário Marco Zero contará também com a presença de consultores, que farão considerações sobre os rumos das pesquisas. Entre eles, estará Dalia Elena Romero Montilla, pesquisadora, professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz.

Os pesquisadores foram selecionados pelo edital 25/2018 do Programa Pesquisa para o SUS - Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS). O seminário será realizado no auditório do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologias para Análise de Petróleos (LabPetro), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O prédio está localizado no campus de Goiabeiras, com acesso na Avenida Fernando Ferrari, em Vitória.

Pesquisa para o SUS

A chamada pública é fruto de uma parceria do Governo do Estado, por meio da Fapes e da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), com o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE/MS), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Seminário Marco Zero (Edital 25/2018 - PPSUS)

Data : 13 de março, quarta-feira

Local : Auditório do LabPetro - Campus de Goiabeiras da Ufes - Avenida Fernando Ferrari, Vitória.

Programação:

- 10h: A judicialização da política de saúde mental no estado do Espírito Santo .

Pesquisador: Fabiola Xavier Leal (Ufes - Vitória)

- 10h25: A influência dos determinantes precoces nos desfechos em saúde no período perinatal e neonatal .

Pesquisador: Wanêssa Lacerda Poton (UVV - Vila Velha)

- 10h50: Aplicação da tecnologia de comunicação por luz visível em monitorização de recém-nascidos de alto risco .

Pesquisador: Jair Adriano Lima Silva (Ufes - Vitória)

- 13h30: Aplicação de análise espacial na organização territorial da atenção primária à saúde .

Pesquisador: Fernando Soares de Oliveira (Incaper - Linhares)

- 13h55: Atenção Primária a Saúde e a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças crônicas nas regiões de saúde: coordenação do cuidado e ordenação do acesso .

Pesquisador: Ana Paula Santana Coelho Almeida (Ufes - São Mateus)

- 14h20: Avaliação da incidência de infecção e perfil de agentes etiológicos relacionados a fraturas expostas após implementação de um protocolo de antibioticoprofilaxia pré-hospitalar .

Pesquisador: Ana Paula Ferreira Nunes (Ufes - Vitória)

- 14h45: Integração entre a atenção básica e a atenção especializada para o enfrentamento do câncer bucal no Espírito Santo .

Pesquisador: Sandra Lúcia Ventorin Von Zeidler (Ufes - Vitória)

- 15h10: Tecnologia Gerencial para avaliação do Sistema de Gestão Municipal Rede Bem-Estar do Município de Vitória-ES .

Pesquisador: Eliane de Fatima Almeida Lima (Ufes - Vitória)

Informações à imprensa:

Assessoria de Comunicação da Fapes

Mike Figueiredo

(27) 3636-1867

comunicacao1@fapes.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/seminario-da-fapes-marca-inicio-de-pesquisas-para-melhorar-sus>

TJES - Negada indenização a cliente que recebeu cobrança de loja de departamento

A juíza entendeu que o envio da cobrança não trouxe consequências mais graves à consumidora, como negativação de seu nome ou cobrança vexatória.

Uma consumidora, que recebeu cobrança de loja de departamento, referente a dívida já paga, ingressou com uma ação pleiteando a baixa de restrição de crédito, a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais.

A juíza do 1º **Juizado Especial Cível**, Criminal e da Fazenda Pública de Aracruz, ao analisar o caso, julgou que os danos morais não restaram configurados. Pois, as cobranças feitas à autora, referente ao inadimplemento, se deram por equívoco, em especial, porque o pagamento ocorreu depois das 17 horas do último dia para pagamento (21/11/2017), sendo as mensagens enviadas no dia seguinte (22/11). Além disso, a carta de cobrança enviada à consumidora foi firmada no dia 28/11, às 7h25.

Desta forma, evidente que, embora a autora tenha sido cobrada por dívida paga, tal cobrança se revela justificável em razão do curto lapso temporal entre a data do pagamento e data do envio da correspondência e das mensagens, diz a sentença.

A magistrada também entendeu que o envio da cobrança não lhe trouxe consequências mais graves, tais como negativação de seu nome em cadastro público de inadimplentes, ou ajuizamento de ação regressiva ou até mesmo cobrança vexatória, não havendo que se falar em dano moral indenizável, mas sim em mero aborrecimento da vida em sociedade.

Já quanto ao pedido de declaração de inexistência de débito, a juíza decidiu que merece ser acolhido, em especial porque a requerida reconheceu de forma extrajudicial que a cobrança endereçada à requerida se deu por equívoco, e ainda porque o valor descrito na carta de cobrança fora efetivamente pago pela autora.

Processo nº 5000121-33.2017.8.08.0006

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=442

338

Acusado de esfaquear ex-namorada até a morte no ES é condenado a 30 anos de prisão

Por Redação

Yuri Henrique de Carvalho Barbosa foi condenado a pagar a pena em regime fechado. Na época da morte de Taiene dos Reis Souza, ele confessou a autoria do crime.

O jovem Yuri Henrique de Carvalho Barbosa foi condenado a 30 anos de prisão em regime fechado, pelo júri popular, por ter assassinado a ex-namorada Taiene dos Reis Souza. O **Tribunal do Júri** aconteceu nesta segunda-feira (11), no Fórum de Aracruz, no Norte do Espírito Santo. A sentença saiu no início da noite.

Taiene, que na época tinha 20 anos, foi morta pelo ex namorado quando estava indo para casa, em Bairro de Fátima, Aracruz, no dia 30 de março de 2018. Yuri se escondeu por alguns dias depois do assassinato, mas depois se entregou a polícia. O acusado confessou que matou a jovem por ciúmes, pois acreditava que havia sido traído.

Na época do crime, o pai de Taiene, Edivaldo José de Souza, chegou a falar que Yuri não aceitava o fim do relacionamento e também que era muito ciumento e possessivo com a jovem.

Fonte: Notícias ao minuto

Site: <https://www.folhados.com/noticia/policia-espírito-santo/48727/acusado-esfaquear-ex-namorada-ate-morte-no-es-condenado-30-anos-prisao>

Nova versão do SEEU traz mais segurança e novas opções de gestão de dados

Mais segura, com maior controle e gestão dos dados e atualizado perante as alterações legais, a nova versão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) já está disponível para os tribunais participantes do sistema eletrônico de acompanhamento das execuções penais criado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. As mudanças foram feitas a pedido dos usuários e buscaram facilitar e automatizar ainda mais a gestão o sistema carcerário em todo o País.

O SEEU é distribuído gratuitamente pelo **CNJ** e suas atualizações também são realizadas e garantidas automaticamente pelo Conselho. Ele foi desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e permite que, por meio de um computador ou smartphone, os próprios juízes das varas de Execuções Penais recebam, automaticamente, avisos em relação aos prazos para concessão dos benefícios a que os sentenciados têm direito, de acordo com a legislação penal. Os presos, portanto, podem ter a progressão de regime quase em tempo real.

Entre as diversas mudanças contempladas nessa nova versão, a prioridade foi o aprimoramento da parte de segurança do acesso e dos dados, principalmente contra acessos automatizados e indevidos. A partir de agora, os usuários poderão optar por acessar o sistema pelo próprio CPF ou pelo login e senha fornecidos pelas Varas de Execução, e a autenticação da entrada no Sistema será feita por certificado digital.

A nova versão também integra o SEEU com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) e com o Banco Nacional de Execução Pena do **CNJ**, o que agiliza e automatiza o preenchimento de decisões, despachos e outras peças. A união dos sistemas e a inclusão de novos parâmetros de busca também passaram a permitir recortes estatísticos diversificados para os tribunais usuários do Sistema, como dados específicos sobre grávidas e lactantes, sobre remissão de pena por leitura de livros, uso de tornozeleiras eletrônicas e outras opções de pena restritiva de direito.

Com as atualizações legais, em especial com as mudanças previstas no novo Código de Processo Civil, foi alterada a forma de contagem de prazos processuais para "dias úteis". Também foi automatizada a inclusão de Atestado de Pena e Relatório da Situação Carcerária na movimentação

dos Autos, e criada a opção de Saída Temporária Programada, entre outras novidades.

"Investir na expansão, mas sem descuidar da atualização e do aperfeiçoamento do SEEU é tema prioritário para a gestão do Ministro Dias Toffoli, eis que o sistema cumpre simultaneamente três funções: qualifica o trabalho de magistrados e servidores, uniformiza o trâmite da execução penal em todo o país e garante celeridade e o devido cumprimento da pena, evitando prolongamentos desnecessários e facilitando a concessão de direitos previstos em lei. O **CNJ** continuará trabalhando pela melhoria e o aprimoramento do sistema e para garantir todo o suporte aos tribunais que estão recebendo e já estejam executando o SEEU", destaca o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do **CNJ**, Luís Lanfredi.

O SEEU é coordenado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/**CNJ**), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O processo de aperfeiçoamento e expansão nacional do sistema é uma das metas da gestão do ministro Dias Toffoli.

Além dos tribunais de justiça de Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Distrito Federal, Rondônia e Piauí, o SEEU já está sendo implantado nos tribunais do Mato Grosso, Paraíba e Ceará. Até agora, são mais de 330 mil processos de execução penal tramitando digitalmente.

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88565-nova-versao-do-seeu-traz-mais-seguranca-e-novas-opcoes-de-gestao-de-dados-2>

Reunião de avaliação do Programa Estado Presente mostra sucesso das ações de combate à criminalidade (Política)

O sucesso do trabalho realizado de forma integrada entre as polícias e demais órgãos

A primeira reunião de avaliação dos indicadores do eixo de proteção policial do Programa Estado Presente, realizada nesta segunda-feira (11), sob a coordenação do governador Renato Casagrande, revelou o sucesso do trabalho realizado de forma integrada entre as polícias e demais órgãos que atuam no sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no Espírito Santo.

Dados relativos aos dois primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, mostram que houve queda de 9% nos crimes intencionais letais (homicídios dolosos, latrocínios e lesão com morte), que caíram de 222 para 202, representando a preservação de vinte vidas.

>> Governador apresenta plano de ações à Assembleia Legislativa

Em relação aos homicídios dolosos (quando há intenção de matar), o Estado registrou, neste primeiro bimestre, o melhor resultado na série histórica iniciada em 1996. No comparativo com o mesmo período de 2018, a queda registrada foi de 215 para 196 casos. A ação integrada das forças policiais também resultou no menor número de homicídios dos últimos 18 anos durante o período de Carnaval.

Mais fortes

"Trabalhando de forma integrada as instituições tornam-se mais fortes do que o crime organizado. Não tenho dúvida", disse o governador, ao ressaltar que a falta de integração fez com que houvesse aumento da violência em alguns municípios do Estado. "Cada área integrada tem que planejar e realizar seus trabalhos de forma integrada, para que possamos dar segurança e proteção à sociedade", reforçou Casagrande.

Dos 78 municípios do Espírito Santo, 40 não registraram casos de homicídios dolosos no primeiro bimestre deste ano, entre os quais estão os de Colatina, Afonso Cláudio, Boa Esperança, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, Vargem Alta, São Domingos do

Norte, Itarana e Itaguaçu.

Em relação a homicídios de mulheres, o Estado também registrou queda na estatística de casos. Foram 19 entre janeiro e fevereiro de 2018, contra 16 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 16%.

Um dos resultados mais expressivos em relação à queda no índice de homicídios dolosos no Estado é o apresentado pelo município da Serra, onde em comparação com o ano passado, nos mesmos meses de janeiro e fevereiro, o número de mortes caiu de 48 para 28 (- 42%). Ainda na Região Metropolitana da Grande Vitória, em Guarapari a redução foi de 44%, com diminuição de nove para cinco casos.

>> Maurício Duque será novo presidente do Bandes

Houve queda também nas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) de Linhares e São Mateus, no Norte do Estado; Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, na Região Sul; Colatina e Barra de São Francisco, na Noroeste; Santa Maria de Jetibá, Ibatiba e Venda Nova do Imigrante, na Região Serrana.

Para o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá, o resultado não foi por acaso: "Havia uma orientação do nosso governador. No Espírito Santo as pessoas precisam saber que se matarem serão presas. O Carnaval foi um exemplo. Foi o menor número de homicídios dolosos em 18 anos. Uma redução de 31% em relação ao ano anterior. Vimos uma polícia muito motivada, para permitir que o cidadão capixaba participasse do evento em segurança. Agora temos essa primeira reunião de trabalho, para apresentar resultados e traçar diretrizes para continuarmos com essa queda", acrescentou.

Essência

Responsável pela coordenação executiva do Estado Presente, o secretário de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, ressaltou que a integração é mesmo a essência do Programa Estado Presente. E que ela não envolve apenas as forças policiais, mas também instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Representante do Tribunal de Justiça na reunião, a juíza Gisele Souza falou sobre a permanente interlocução do Judiciário com o Ministério Público e as polícias. O mesmo reforçou o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes. "Percebe-se que todos os órgãos que compõem o Sistema da Segurança Pública estão engajados. O Estado Presente tem que ser visto como um programa de Estado", argumentou ele.

>> Governo quer empresas na operação do Sine

"Para que apresente as respostas que a sociedade espera, o Sistema de Justiça e Segurança Pública necessita implementar metodologias e estratégias de integração, gestão e governança, e é esse o espírito do Programa Estado Presente", afirmou Duboc.

Entre diversas as autoridades presentes, participaram da reunião os prefeitos de Viana, Gilson Daniel; de Vila Velha, Max Filho; e de Aracruz, Jones Cavaglieri; e também a vice-prefeita da Serra, Márcia Lamas.

Redação Portal Linhares Em Dia

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook , Twitter e YouTube .

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: <http://linharsemdia.com.br/noticias/politica/30506-reuniao-de-avaliacao-do-programa-estado-presente-mostra-sucesso-das-acoes-de-combate-a-criminalidade.html>

Fórum debate o combate à corrupção e uso e proteção de dados (Eventos)

Gestores públicos e privados, executivos e especialistas estarão reunidos no "II Fórum Brasil GRC - Governança, Riscos e Compliance" para debater sobre combate à corrupção, processos de desburocratização e uso e proteção de dados pessoais. O evento será realizado no dia 08 de abril, no Vitória Grand Hall e as inscrições já estão abertas.

Dentre os palestrantes confirmados está o governador do Estado, Renato Casagrande, que fará a palestra de abertura sobre as "Perspectivas e aprimoramento da gestão pública do Espírito Santo no tocante às exigências legais".

Também terá o diretor executivo de Governança e Conformidade da Petrobras, Rafael Mendes Gomes; o advogado e ex-conselheiro do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** Luiz Cláudio Allemand; e o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem, que fará a palestra de encerramento.

O fórum vai discutir o combate à corrupção, principalmente nas relações público-privadas. Além disso, o evento vai abordar a busca por uma agenda de desburocratização, com foco em processos de licenciamentos coordenados por agentes públicos; e ainda um debate sobre a Lei de Proteção de Dados, de 2018, que direciona sobre a preocupação com o uso e o tratamento dos dados e informações pessoais que transitam em órgãos de Estado e em empresas privadas.

Os interessados poderão fazer a inscrição pelo site forumbrasilgrc.com.br. O investimento é de R\$ 40 para estudantes e R\$ 80 para profissionais. O valor arrecadado será destinado à Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (Amaes).

O II Fórum Brasil GRC é uma realização do Espírito Santo em Ação e da Multieventos e conta com o apoio institucional da Secretaria de Controle e Transparência do Governo do Espírito Santo (Secont) e da Federação das Indústrias do Estado (Findes).

Site: <http://esbrasil.com.br/ii-forum-brasil-grc/>

Cresce número de medidas protetivas no ES só em 2018 foram 6.700 pedidos expedidos no TJ

Fernanda Batista

TAG: JUÍZA HERMÍNIA AZOURY, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPIRITO SANTO, JUSTIÇA, DENÚNCIAS, AÇÕES, MEDIDAS PROTETIVAS, AGRESSÕES, PAZ EM CASA, LEI MARIA DA PENHA, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, DESEMBARGADORA FEDERAL, JUSTIÇA CAPIXABA

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/12/120319_tvvtoria_balan%c3%a7o_geral_tjes_cresce.mp4

Judiciário capixaba informa falecimento do juiz Cristóvão de Souza Pimenta

Redação Multimídia ESHOJE

Faleceu nesta terça-feira (12) o Juiz de Direito Cristóvão de Souza Pimenta. O comunicado sobre a morte foi feita pela presidência do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, sem informar as causas e nem os detalhes, ainda, sobre as cerimônias de despedidas - velório e enterro.

Cristóvão de Souza Pimenta formou-se em Direito pela Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho - RJ. Ele foi Juiz Titular da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de Vitória. Autor das obras: "**Juizados Especiais Cíveis** - Doutrina, Jurisprudência e Legislação" e "400 Perguntas e Respostas de **Juizado Especial Cível**". Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Naufração

O magistrado teve seu nome envolvido em uma dos maiores escândalos do Judiciário capixaba: a Operação Naufração. A ação, desencadeada em 2008, revelando um esquema envolvendo a venda de decisões judiciais. Pimenta foi denunciado juntamente com quatro ex-desembargadores, além de Frederico Guilherme Pimentel e Josenider Varejão Tavares), Alinaldo Faria de Souza, Elpídio José Duque. Também os juízes Larissa Pignaton Sarcinelli Pimentel (aposentada do cargo) e o marido Frederico Luis Schaider Pimentel, o Fredinho (demitido por não ter o direito à vitaliciedade no cargo).

Os denunciados foram acusados dos crimes como formação de quadrilha, peculato e corrupção ativa e passiva. Durante as investigações, foram levantados eventos que incluem a venda de sentenças, loteamento de cartórios extrajudiciais, nepotismo e fraudes em concursos públicos.

Passados dez anos do caso, o processo prescreveu, de acordo com o que prevê o Código Penal Brasileiro. O juiz foi um dos beneficiados uma vez que já tinha passado dos 70 anos.

Site: <http://eshoje.com.br/judiciario-capixaba-informa-falecimento-do-juiz-cristovao-de-souza-pimenta/>

Insegurança: Moradores de 23 bairros da Serra não estão recebendo encomendas dos correios

Fernanda Batista

TAG: INSEGURANÇA, CORREIOS, SERRA, CONSUMIDOR, DIREITOS, ENCOMENDAS, GASTOS, DANO MATERIAL, FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, JUIZADO ESPECIAL, FEDERAL, ÓRGÃO PÚBLICO, PODER PÚBLICO, SEGURANÇA PÚBLICA, EMPRESAS DE TRANSPORTES, ONDA DE CRIMINALIDADE

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/12/120319_tvvtoria_falamanha_serra_inseguran%c3%a7a.mp4

Justiça pela paz em casa quer ajudar mulheres vítimas d violência

Fernanda Batista

TAG: DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, DESEMBARGADORA FEDERAL, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPIRITO SANTO, **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, JUÍZA HERMÍNIA AZOURY, LEI MARIA DA PENHA, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, ÔNIBUS ROSA, MEDIDA PROTETIVA, DENUNCIA, JUSTIÇA, RELACIONAMENTO ABUSIVO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/12/120319_120319_tvitoria_esnoar_tjes_justi%c3%a7a.mp4

Casagrande comemora resultados na segurança

Vitória - Sob a coordenação do governador Renato Casagrande, a primeira reunião de avaliação dos indicadores do eixo de proteção policial do Programa Estado Presente mostrou avanços no TRABALHO integrado desenvolvido entre as polícias e demais órgãos que atuam no sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no Espírito Santo. "Dados relativos aos dois primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, mostram que houve queda de 9% nos crimes intencionais letais (homicídios dolosos, latrocínios e lesão com morte), que caíram de 222 para 202, representando a preservação de vinte vidas", detalha a assessoria do Governo do Estado.

"Em relação aos homicídios dolosos (quando há intenção de matar), o Estado registrou, neste primeiro bimestre, o melhor resultado na série histórica iniciada em 1996. No comparativo com o mesmo período de 2018, a queda registrada foi de 215 para 196 casos.

A ação integrada das forças policiais também resultou no menor número de homicídios dos últimos 18 anos durante o período de Carnaval" - complementa a assessoria.

"Trabalhando de forma integrada as instituições tornam-se mais fortes do que o crime organizado.

Não tenho dúvida" - destaca o governador. De acordo com ele, a falta de integração fez com que houvesse aumento da violência em alguns municípios do Estado.

"Cada área integrada tem que planejar e realizar seus TRABALHO de forma integrada, para que possamos dar segurança e proteção à sociedade", reforça Casagrande.

MUNICÍPIOS

De acordo com o Governo do Estado, dos 78 municípios capixabas, 40 não registraram casos de homicídios dolosos no primeiro bimestre deste ano, entre os quais estão os de Colatina, Afonso Cláudio, Boa Esperança, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, Vargem Alta, São Domingos do Norte, Itarana e Itaguaçu. "Em relação a homicídios de mulheres, o Estado também registrou queda na estatística de casos. Foram 19 em janeiro e fevereiro de 2018, contra 16 no mesmo período de 2019, representando

uma redução de 16%".

Um dos resultados mais expressivos em relação à queda no índice de homicídios dolosos no Estado é o apresentado pelo Município da Serra, onde o número de mortes caiu de 48 para 28 (-42%) no bimestre. Ainda na Grande Vitória, em Guarapari a redução foi de 44%, com diminuição de nove para cinco casos.

Houve queda também nas Áreas Integradas de Segurança Pública de Linhares e de São Mateus, no centro-norte; Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, no sul; Colatina e Barra de São Francisco, no noroeste; Santa Maria de Jetibá, Ibatiba e Venda Nova do IMIGRANTE, na região serrana.

"Integração é a essência do programa"

Vitória - Para o secretário estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá, os resultados do primeiro bimestre não são por acaso: "Havia uma orientação do nosso governador. No Espírito Santo as pessoas precisam saber que se matarem serão presas. O Carnaval foi um exemplo. Foi o menor número de homicídios dolosos em 18 anos.

Uma redução de 31% em relação ao ano anterior. Vimos uma polícia muito motivada, para permitir que o cidadão capixaba participasse do evento em segurança. Agora temos essa primeira reunião de TRABALHO, para apresentar resultados e traçar diretrizes para continuarmos com essa queda" - acrescentou.

Responsável pela coordenação executiva do Estado Presente, o secretário de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, ressalta que a integração é mesmo a essência do Programa Estado Presente. E que não envolve apenas as forças policiais, mas também instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Representante do Tribunal de Justiça na reunião, a juíza Gisele Souza falou sobre a permanente interlocução do Judiciário com o Ministério Público e as polícias. O mesmo reforçou o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes. "Percebe-se que todos os órgãos que compõem o Sistema da Segurança Pública estão engajados. O Estado Presente tem que ser visto como um programa de Estado" - argumentou.

"Para que apresente as respostas que a sociedade espera, o Sistema de Justiça e Segurança Pública necessita implementar metodologias e estratégias de integração, gestão e governança, e é esse o espírito do Programa Estado Presente", complementa Duboc.

Primeira reunião de avaliação do Programa Estado Presente mostra sucesso das ações de combate à criminalidade

A primeira reunião de avaliação dos indicadores do eixo de proteção policial do Programa Estado Presente, realizada nesta segunda-feira (11), sob a coordenação do governador Renato Casagrande, revelou o sucesso do trabalho realizado de forma integrada entre as polícias e demais órgãos que atuam no sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no Espírito Santo.

Dados relativos aos dois primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, mostram que houve queda de 9% nos crimes intencionais letais (homicídios dolosos, latrocínios e lesão com morte), que caíram de 222 para 202, representando a preservação de vinte vidas.

Em relação aos homicídios dolosos (quando há intenção de matar), o Estado registrou, neste primeiro bimestre, o melhor resultado na série histórica iniciada em 1996. No comparativo com o mesmo período de 2018, a queda registrada foi de 215 para 196 casos. A ação integrada das forças policiais também resultou no menor número de homicídios dos últimos 18 anos durante o período de Carnaval.

Mais fortes

"Trabalhando de forma integrada as instituições tornam-se mais fortes do que o crime organizado. Não tenho dúvida", disse o governador, ao ressaltar que a falta de integração fez com que houvesse aumento da violência em alguns municípios do Estado. "Cada área integrada tem que planejar e realizar seus trabalhos de forma integrada, para que possamos dar segurança e proteção à sociedade", reforçou Casagrande.

Dos 78 municípios do Espírito Santo, 40 não registraram casos de homicídios dolosos no primeiro bimestre deste ano, entre os quais estão os de Colatina, Afonso Cláudio, Boa Esperança, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, Vargem Alta, São Domingos do Norte, Itarana e Itaguaçu.

Em relação a homicídios de mulheres, o Estado também registrou queda na estatística de casos. Foram 19 entre janeiro e fevereiro de 2018, contra 16 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 16%.

Um dos resultados mais expressivos em relação à queda no índice de homicídios dolosos no Estado é o apresentado pelo município da Serra, onde em comparação com o ano passado, nos mesmos meses de janeiro e fevereiro, o número de mortes caiu de 48 para 28 (- 42%). Ainda na Região Metropolitana da Grande Vitória, em Guarapari a redução foi de 44%, com diminuição de nove para cinco casos.

Houve queda também nas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) de Linhares e São Mateus, no Norte do Estado; Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, na Região Sul; Colatina e Barra de São Francisco, na Noroeste; Santa Maria de Jetibá, Ibatiba e Venda Nova do Imigrante, na Região Serrana.

Para o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá, o resultado não foi por acaso: "Havia uma orientação do nosso governador. No Espírito Santo as pessoas precisam saber que se matarem serão presas. O Carnaval foi um exemplo. Foi o menor número de homicídios dolosos em 18 anos. Uma redução de 31% em relação ao ano anterior. Vimos uma polícia muito motivada, para permitir que o cidadão capixaba participasse do evento em segurança. Agora temos essa primeira reunião de trabalho, para apresentar resultados e traçar diretrizes para continuarmos com essa queda", acrescentou.

Essência

Responsável pela coordenação executiva do Estado Presente, o secretário de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, ressaltou que a integração é mesmo a essência do Programa Estado Presente. E que ela não envolve apenas as forças policiais, mas também instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Representante do Tribunal de Justiça na reunião, a juíza Gisele Souza falou sobre a permanente interlocução do Judiciário com o Ministério Público e as polícias. O mesmo reforçou o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes. "Percebe-se que todos os órgãos que compõem o Sistema da Segurança Pública estão engajados. O Estado Presente tem que ser visto

como um programa de Estado", argumentou ele.

"Para que apresente as respostas que a sociedade espera, o Sistema de Justiça e Segurança Pública necessita implementar metodologias e estratégias de integração, gestão e governança, e é esse o espírito do Programa Estado Presente", afirmou Duboc.

Entre diversas autoridades presentes, participaram da reunião os prefeitos de Viana, Gilson Daniel; de Vila Velha, Max Filho; e de Aracruz, Jones Cavaglieri; e também a vice-prefeita da Serra, Márcia Lamas

Primeira reunião de avaliação do Programa Estado Presente mostra sucesso das ações de combate à criminalidade

A primeira reunião de avaliação dos indicadores do eixo de proteção policial do Programa Estado Presente, realizada nesta segunda-feira (11), sob a coordenação do governador Renato Casagrande, revelou o sucesso do trabalho realizado de forma integrada entre as polícias e demais órgãos que atuam no sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no Espírito Santo.

Dados relativos aos dois primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, mostram que houve queda de 9% nos crimes intencionais letais (homicídios dolosos, latrocínios e lesão com morte), que caíram de 222 para 202, representando a preservação de vinte vidas.

Em relação aos homicídios dolosos (quando há intenção de matar), o Estado registrou, neste primeiro bimestre, o melhor resultado na série histórica iniciada em 1996. No comparativo com o mesmo período de 2018, a queda registrada foi de 215 para 196 casos. A ação integrada das forças policiais também resultou no menor número de homicídios dos últimos 18 anos durante o período de Carnaval.

Mais fortes

"Trabalhando de forma integrada as instituições tornam-se mais fortes do que o crime organizado. Não tenho dúvida", disse o governador, ao ressaltar que a falta de integração fez com que houvesse aumento da violência em alguns municípios do Estado. "Cada área integrada tem que planejar e realizar seus trabalhos de forma integrada, para que possamos dar segurança e proteção à sociedade", reforçou Casagrande.

Dos 78 municípios do Espírito Santo, 40 não registraram casos de homicídios dolosos no primeiro bimestre deste ano, entre os quais estão os de Colatina, Afonso Cláudio, Boa Esperança, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, Vargem Alta, São Domingos do Norte, Itarana e Itaguaçu.

Em relação a homicídios de mulheres, o Estado também registrou queda na estatística de casos. Foram 19 entre janeiro e fevereiro de 2018, contra 16 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 16%.

Um dos resultados mais expressivos em relação à queda no índice de homicídios dolosos no Estado é o apresentado pelo município da Serra, onde em comparação com o ano passado, nos mesmos meses de janeiro e fevereiro, o número de mortes caiu de 48 para 28 (- 42%). Ainda na Região Metropolitana da Grande Vitória, em Guarapari a redução foi de 44%, com diminuição de nove para cinco casos.

Houve queda também nas Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) de Linhares e São Mateus, no Norte do Estado; Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, na Região Sul; Colatina e Barra de São Francisco, na Noroeste; Santa Maria de Jetibá, Ibatiba e Venda Nova do Imigrante, na Região Serrana.

Para o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá, o resultado não foi por acaso: "Havia uma orientação do nosso governador. No Espírito Santo as pessoas precisam saber que se matarem serão presas. O Carnaval foi um exemplo. Foi o menor número de homicídios dolosos em 18 anos. Uma redução de 31% em relação ao ano anterior. Vimos uma polícia muito motivada, para permitir que o cidadão capixaba participasse do evento em segurança. Agora temos essa primeira reunião de trabalho, para apresentar resultados e traçar diretrizes para continuarmos com essa queda", acrescentou.

Essência

Responsável pela coordenação executiva do Estado Presente, o secretário de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, ressaltou que a integração é mesmo a essência do Programa Estado Presente. E que ela não envolve apenas as forças policiais, mas também instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Representante do Tribunal de Justiça na reunião, a juíza Gisele Souza falou sobre a permanente interlocução do Judiciário com o Ministério Público e as polícias. O mesmo reforçou o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes. "Percebe-se que todos os órgãos que compõem o Sistema da Segurança Pública estão engajados. O Estado Presente tem que ser visto

como um programa de Estado", argumentou ele.

"Para que apresente as respostas que a sociedade espera, o Sistema de Justiça e Segurança Pública necessita implementar metodologias e estratégias de integração, gestão e governança, e é esse o espírito do Programa Estado Presente", afirmou Duboc.

Entre diversas autoridades presentes, participaram da reunião os prefeitos de Viana, Gilson Daniel; de Vila Velha, Max Filho; e de Aracruz, Jones Cavaglieri; e também a vice-prefeita da Serra, Márcia Lamas

Suspeita de corrupção contra o juiz Edmilson Rosindo é destaque na mídia (Destques)

WEBER ANDRADE

O juiz Edmilson Rosindo Filho, afastado do cargo desde meados de fevereiro pelo desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, foi alvo de mais uma reportagem na mídia estadual. Desta vez o site folhados.com.br, divulgou um vídeo onde reproduz as denúncias, que já são do conhecimento de toda a sociedade capixaba (veja lista de acusações no final do texto).

A portaria instaurando Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o juiz Edmilson Rosindo Filho, juiz titular do **Juizado Especial Cível**, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Barra de São Francisco foi publicada no dia 21 de fevereiro.

O oceano de acusações contra o juiz foi parcialmente revelado pelo jornal A Gazeta . No entanto, como observado pelo site ocontestado.com , as denúncias só contemplam o seu trabalho enquanto juiz da Vara Cível. Porém, o magistrado também é acusado de envolvimento em várias decisões polêmicas na Justiça Eleitoral - ele era o diretor da Justiça Eleitoral na Comarca de Barra de São Francisco.

Sua proximidade com prefeitos da Comarca, como Luciano Pereira e outros, era marcada por imagens em festas. Em Água Doce do Norte, Rosindo Filho foi acusado, em 2014, de vender sentença para manter no cargo o vereador e então vice-presidente da Câmara Municipal, Jailton Soares, que assumiu a prefeitura após a cassação do prefeito Adilson da Saúde e sua vice e a renúncia ao cargo do então presidente da Câmara de Vereadores, Toninho Marinho.

No entendimento do grupo de oposição à época, encabeçado pelo atual prefeito Paulo Márcio Leite Ribeiro, Jailton não tinha legitimidade para assumir o cargo, mesmo assim, foi mantido pelo juiz até a realização de nova eleição na cidade.

Posteriormente, o mesmo juiz foi alvo de "pedido de suspeição" por parte do advogado Leonardo Lopes Pimenta, que alegou estreita relação de amizade do juiz com o prefeito Paulo Márcio. Alega o advogado que o juiz é amigo do prefeito Paulo Márcio Leite Ribeiro (DEM) e que, em função disso, as ações

contra o chefe do Executivo não prosperam.

A Exceção de Suspeição tramitou sob o nº 000067-41.2017.6.08.0000, tendo como relator o juiz Rodrigo Marques de Abreu Judice.

Na ação em que levanta a suspeição do juiz para julgar assuntos relacionados ao prefeito, o advogado anexa fotos das redes sociais que demonstram relações de amizade entre o juiz e o chefe do Executivo, além de outros argumentos.

O artigo 145, inciso I, do Código de Processo Civil, diz que "há suspeição do juiz", quando ele for "amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados". Paulo Márcio tem sido muito atacado nas redes sociais, principalmente depois que o município de Água Doce do Norte foi listado como 1º lugar no ranking estadual de despesas com pessoal, comprometendo 76,4% de suas receitas correntes com a rubrica.

DENÚNCIAS - No Processo Administrativo Disciplinar (PAD) aberto contra o magistrado, o corregedor geral Samuel Meira Brasil Jr., são 25 processos em que o juiz é considerado suspeito de favorecer, de alguma forma, uma das partes envolvidas e até de beneficiar familiares próximos, como um advogado que seria sócio do filho dele e estava tendo preferência no atendimento aos processos, em detrimento dos demais advogados.

"O Dr. Edmilson faz da sua atividade jurisdicional um mecanismo para favorecer determinadas partes em um processo sob sua responsabilidade, atuando, assim, em verdadeiro desvio funcional", pontuou Samuel Meira Brasil Jr. (Weber Andrade com informações de A Gazeta)

AS ACUSAÇÕES

Imputa-se ao Juiz de Direito Representado, por meio de reclamação disciplinar nº 0002912-10.2019.8.08.0000, a prática de condutas graves pelo Magistrado, no exercício da função, em especial:

1.Parcialidade do magistrado mediante favorecimento a determinadas partes em processos judiciais sob sua responsabilidade (grupo de eventos nº 02);

2. Ausência de declaração de suspeição em processos de partes com as quais possuía relação de amizade ou parentesco (grupo de eventos nº 03);

3. Favorecimento pessoal a advogado associado ao filho do Magistrado (grupo de eventos nº 04);

4. Realização de campanha eleitoral dentro e fora do fórum para eleição de membro do Conselho Tutelar, com quem o magistrado já teve relacionamento íntimo (evento nº 05);

5. Irregularidades no deferimento das tutelas de urgência para disponibilização de vagas em creche da rede municipal, com autopromoção em rádio de ex-prefeito (grupo de eventos nº 06);

6. Inércia intencional em processos criminais, resultando em prescrição (grupo de eventos nº 07);

7. Seletividade do magistrado na prestação jurisdicional: omissões intencionais e inobservância de prioridades legais/urgências (grupo de eventos nº 08);

8. Delegação de atos de competência a pessoas estranhas aos quadros do funcionalismo público (grupo de eventos nº 09);

9. Delegação de atos jurisdicionais personalíssimos a estagiários e servidores (grupo de eventos nº 10);

10. Desordem sistêmica nas rotinas e práticas administrativas por omissão e incapacidade de gestão (grupo de eventos nº 11), condutas estas que se encontram expressamente descritas e delimitadas no voto do Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça nos autos da supra citada reclamação disciplinar. (Weber Andrade com **TJES** e folhadoes.com.br)

Site: <http://www.vozdabarra.com.br/suspeitas-de-corrupcao-contra-o-juiz-edmilson-rosindo-e-destaque-na-midia/>

Tribunal vai julgar recurso de Pimentel

GIRO RÁPIDO

A pauta da sessão da 1ª Câmara Cível do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** (TJ-ES) de hoje traz dois processos relacionados ao ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) José Antônio Almeida Pimentel, que pediu aposentaria do cargo em 2018. Ele já havia sido afastado do TC-ES, após ser acusado de corrupção passiva.

Site:

<http://atribunadoespiritosantordp.digitalpages.com.br/>

Justiça libera R\$ 120 milhões para pagar a aposentados no Estado

GIORDANY BOZZATO gsoave@redgazeta.com.br

| PRECATÓRIOS |

Dinheiro vai ser usado para pagar a pessoas que ganharam ações na Justiça contra o INSS

A Justiça Federal vai liberar, a partir de abril, mais de R\$ 120 milhões para o pagamento de aposentados no Espírito Santo que ganharam ações judiciais contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal Regional da Segunda Região (TRF2) - com jurisdição no Rio de Janeiro e no Espírito Santo -, o valor corresponde a aproximadamente 30% dos R\$422.333.705,00 disponíveis para o pagamento de precatórios previdenciários nos dois Estados.

"As ações que geram precatórios previdenciários, geralmente, dizem respeito à revisão do benefício e ao restabelecimento do pagamento. Se, por exemplo, uma pessoa ganha R\$ 1.000 de aposentadoria, mas a Justiça reconhece que essa pessoa deveria receber R\$ 1.500, a diferença, se for um valor alto, vai ser pago por meio de um precatório", explicou a presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-ES, Valéria Gaurink Dias Fundão.

De acordo com a Justiça Federal, o valor vai ser pago para as pessoas que ganharam causas em que o valor supera os 60 salários mínimos em 2018 - R\$ 57.240.

O salário mínimo usado como base é o de 2018 porque só vai receber quem teve a requisição dos precatórios emitida até 30 de junho de 2018, segundo informou a Justiça Federal por meio de nota. Já os processos anteriores a 2018 terão como patamar o salário de R\$ 937 - fa-

zendo com que os 60 salários mínimos equivalham a R\$56.222.

O advogado especialista em Direito Previdenciário, Rafael Vasconcelos, destacou que só pode receber algum dinheiro quem já teve o processo transitado em julgado.

"Só pode receber a pessoa cujo processo não cabe mais nenhum recurso e o juiz já mandou a ordem de

pagamento para o tribunal", comentou. "O juiz cria uma ordem de pagamento, manda para o tribunal, e o tribunal faz a disponibilização do pagamento que, geralmente, sai no ano seguinte", completa o advogado.

A Justiça Federal informou que não há como saber quantos são os beneficiários do Espírito Santo, uma vez que o sistema não oferece ferramentas para compilar os dados. O INSS também informou não dispor de tal informação.

O pagamento será feito por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Para saber se tem direito a algum valor, cada pessoa precisa consultar o menu de precatórios e de

requisições de pequeno valor, no site do Tribunal Regional Federal da Segunda Região -www.trf2.jus.br - e digitar o CPF do beneficiário.

Caberá aos TRFs, segundo cronogramas próprios, fazer os depósitos dos valores aos interessados. 'A informação do dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque deverá ser buscada na consulta processual do portal do Tribunal Regional Federal responsável. Somente cada interessado pode saber a data exata do pagamento', informou a Justiça Federal por meio de nota.

Ainda de acordo com a assessoria da Justiça Federal, a ordem de liberação dos alvarás de pagamento obedecem prioridades legais - idosos, pessoas com doenças graves, pagamento de verbas alimentícias etc. Além disso, destacou o órgão, é seguida uma rigorosa ordem cronológica de apresentação dos ofícios requisitórios.

Em todo o Brasil, serão pagos R\$ 6,4 bilhões em precatórios previdenciários e do Fundo Nacional de Assistência Social. Outros processos não previdenciários somam R\$ 17,5 bilhões, totalizando quase R\$ 23,9 bilhões em processos precatórios que vão ser pagos.

R\$ 6,4

BILHÕES

Valor que será usado para o pagamento de

precatórios previdenciários em todo o Brasil.

SAIBA MAIS

0 PAGAMENTO

Vai ser liberado, a partir de abril, para pessoas que ganharam ações na Justiça contra o INSS.

Só terá acesso ao dinheiro quem ganhou ações com valores superiores a 60 salários mínimos - sendo que o valor do salário varia de acordo com o ano da ação.

Para receber é preciso que o processo esteja transitado em julgado -ou seja, não pode caber recurso da União.

A ordem de pagamentos prioriza idosos, pessoas com doenças graves e o pagamento de verbas

alimentícias.

PARA CONSULTAR

Para descobrir se tem

direito a receber algum valor, a pessoa deve acessar a página do TRF2 (trf2.jus.br) e clicar "**Precatórios e RPV**" (lado esquerdo da página -"Principais serviços").

Em seguida, deve clicar em "Requisições expedidas a partir de 01/10/2018 (sistema e-Proc)", clicar em "Consulta Pública de Processos", digitar o CPF no campo próprio e o código que aparece na tela. Ao final, clicar em "Consultar".

Herdeiros de ganhadores de ações judiciais que geraram precatórios também têm direito a receber o dinheiro. Nesse caso, a consulta deve ser feita pelo CPF de quem originou a ação.

OS VALORES

No Estado, vão ser

pagos cerca de R\$ 120 milhões em processos precatórios previdenciários.

Em todo o Brasil, o valor a ser pago chega a

R\$ 6,4 bilhões com precatórios

previdenciários e R\$ 17,5 bilhões com precatórios não previdenciários.

Site: https://subscriber.pagesuite-professional.co.uk/custompages/Gazeta/gazeta_subscriber.aspx?eid=5c1a4ccb-65c3-47af-abd0-dc0e1f94776a

Durão fica frente a frente com juíza

Tiago Alencar

A Justiça já definiu a data em que o ex-deputado estadual Luiz Durão (PDT), acusado de estuprar uma menor de 17 anos, em um motel da Serra, em janeiro deste ano, ficará frente a frente, pela primeira vez, com a juíza que julga o caso.

De acordo com uma publicação do Diário da Justiça, o encontro entre Durão e a juíza Letícia Maia Saúde, da 2ª **Vara Criminal** da Serra, está marcado para o próximo dia 28, às 13 horas.

No mesmo dia, além de Durão, a vítima e os seus advogados, e também o Ministério Público Estadual (MP-ES), autor da denúncia, devem atender à convocação da magistrada. Todos foram intimados por meio da publicação no portal do Judiciário.

O ex-deputado está solto desde o último dia 15, após uma decisão da desembargadora-substituta Rozenea Martins de Oliveira, que concedeu liberdade provisória ao político. Antes disso, Durão ficou preso por 43 dias no Quartel do Corpo de Bombeiros, na Enseada do Suá, em Vitória.

Na fase de apresentação de respostas à acusação, a defesa de Durão afirmou que a versão de que ele teria obrigado a adolescente a manter relações sexuais com ele não se sustenta.

A época, o advogado Jovacy Peter disse que, segundo as provas juntadas ao processo, não houve constrangimento por parte do ex-deputado.

"As provas testemunhais e documentais deixam claro que a suposta vítima demonstrou tranquilidade durante o momento em que estiveram no motel", disse.

Já na denúncia apresentada à Justiça, o MP-ES alega que a menor teria se sentido intimidada pela suposta fama de "matador" que o ex-deputado estadual teria em Linhares, cidade do Norte do Estado onde ele e a menor moram.

Além disso, o Ministério Público destacou, também na denúncia, o fato de Durão ter mantido convívio com a família da menor ao longo de vários anos.

A prisão do ex-deputado foi feita em flagrante, no dia 4 de janeiro, enquanto ele saía do motel com a menor, de acordo com o inquérito policial. Na ocasião, Durão negou que soubesse que a adolescente era menor de

idade.

Procurados pela reportagem, tanto os advogados de Durão quanto os da menor não retornaram os contatos até o fechamento desta edição.

ENTENDA O CASO

Liberdade provisória

NO DIA 4 DE janeiro deste ano, o ex-deputado Luiz Durão (PDT) foi preso sob acusação de ter estuprado uma menor em um motel da Serra.

O EX-DEPUTADO estadual ficou 43 dias preso no Quartel do Corpo de Bombeiros, em Vitória.

NO ÚLTIMO DIA 15, a desembargadora-substituta do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** (TJ-ES) Rozenea Martins de Oliveira concedeu liberdade provisória a Durão.

NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA, foi publicada a data em que Durão ficará frente a frente com a juíza do processo, em audiência agendada para o dia 28 deste mês.

Site:

<http://atribunadoespiritosantordp.digitalpages.com.br/>

Nova empresa de gás vai atrair investimentos

GERALDO CAMPOS JR gcjunior@redegazeta.com.br

Estatual deve impulsionar criação de empregos com queda da tarifa

Com o fim próximo de um dos maiores imbrólios jurídico-econômicos recentes do Espírito Santo - o da briga judicial sobre o contrato de concessão da distribuição de gás canalizado da BR Distribuidora que está sendo encerrada com a criação da estatal ES Gás -, a expectativa é que o Estado tenha um ganho de competitividade e na atração de empresas, com geração de mais empregos. Isso porque a nova companhia deve proporcionar uma redução na tarifa do insumo e ainda aumentar o número de municípios atendidos.

Segundo fontes de mercado e especialistas no setor, a estimativa é que companhia - que terá controle do Estado em sociedade com a BR Distribuidora consiga ter mais liberdade na aquisição do insumo, deixando de comprar apenas da Petrobras e, com isso, podendo importar gás com preços menores, e assim reduzir o custo do produto e, conseqüentemente, da tarifa cobrada.

"No primeiro momento, a criação tende a atender um anseio jurídico. Depois isso vai ganhar corpo, na medida em que a empresa tiver mais autonomia, para que se tenha uma tarifa melhor", afirma um especialista, que prefere não se identificar, e que estima que essa possível redução futura do custo do preço do gás seja entre 15% e 20%, o que vai impactar a tarifa geral numa queda de cerca de 7%.

Outra fonte que acompanha o processo de criação da ES Gás ressalta que premissa básica para a criação da empresa é, no futuro, gerar uma tarifa menor. "Há uma garantia de que no primeiro momento não haverá acréscimo no custo da margem de distribuição, que é a parte que compete à empresa, e que, em um segundo momento, com o aumento da demanda, de clientes, e de consumo, haverá uma redução dos custos e, assim, será possível queda na tarifa no médio e longo prazo", diz.

Esse mesmo especialista pondera ainda que outro fator que deve proporcionar uma queda na tarifa futuramente é a volta das operações da Samarco, em Anchieta, mineradora que representava 30% do consumo de gás no Estado.

AMPLIAÇÃO

Especialistas afirmam que quanto mais rápido a estatal começar a funcionar é melhor. "Tem que ser ligeiro nesse processo. E agora depende basicamente de vontade do governo. Não pode demorar porque quanto mais tempo mais crítica fica a situação, porque a BR vai precisar fazer investimentos e, se fizer, todos os cálculos terão que ser refeitos", disse um analista.

Uma das expectativas com a criação da empresa de gás é a ampliação do número de municípios atendidos com a distribuição de gás encanado (hoje são só 13). "Todo investimento para ampliar a malha precisa ser justificado, então tem que ter mercado que pague essa ampliação. Não pode ser por demanda política", explica uma fonte do setor, que ressalta que primeiramente a expansão deve ser na Grande Vitória, em cidades como Guarapari, por exemplo, ampliando inicialmente para atender atividades de indústria e comércio.

ETAPAS

Há algumas semanas, uma audiência entre representantes do governo do Estado e da BR Distribuidora foi realizada no Tribunal de Justiça para discutir detalhes finais do acordo e, ao que tudo indica, foi a última negociação. Agora, as propostas do Estado precisam passar pelo crivo do conselho da BR para o acordo seja definitivamente homologado a empresa possa ser criada.

Superada essa fase, ainda será preciso definir pontos como o estatuto social da estatal e a composição da diretoria. Segundo fontes, a expectativa é que até o meio do ano a ES Gás já tenha condições de estar operando.

7% DE REDUÇÃO

É quanto pode cair o preço da tarifa geral de gás com a criação da empresa.

Gás encanado para população de baixa renda

Proposta do Ministério Público é que o serviço seja oferecido com uma tarifa social

A GIORDANY BOZZATO

gsoave@redegazeta.com.br

Além de atrair mais investimentos para o Estado, a

criação da ES Gás pode fazer com que o gás encanado chegue para a população de baixa renda e com a cobrança de uma tarifa social. A proposta partiu do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES) e surge como uma espécie de indenização por conta do período em que a BR Distribuidora atuou no Estado sem licitação para concessão.

Quem falou sobre a proposta foi o procurador-geral do Estado, Rodrigo

Francisco de Paula, que participou da audiência entre membros do MPES, da BR Distribuidora e do judiciário capixaba sobre a criação da ES Gás.

"Houve uma decisão do Tribunal de Justiça determinando que a BR Distribuidora deveria indenizar os usuários, porque ela assumiu a concessão sem licitação. Uma das formas de se indenizar o usuário é reduzir a tarifa, ou criar uma tarifa social, aumentar a distribuição... Mas tudo isso ainda está sendo negociado", pontuou o procurador-geral do Estado.

Como o acordo entre as partes - governo do Estado e BR Distribuidora - ainda não foi assinado, as negociações seguem em sigilo. Por isso, não é possível detalhar todas as propostas discutidas.

Ao final da audiência, os representantes da BR Distribuidora se comprometeram a levar os assuntos para serem discutidos pelo conselho da empresa.

"Não existe um prazo para que as propostas apresentadas na audiência sejam analisadas pela empresa. Os representantes disseram que haverá uma reunião do conselho neste mês e que o assunto vai ser levado para a reunião", contou Rodrigo.

Procurada, a BR Distribuidora manifestou-se por meio de nota dizendo que não havia qualquer possibilidade emitir um posicionamento sobre o assunto.

O MPES também foi procurado e informou que, por força de lei, acompanha o procedimento para garantir os interesses da sociedade.

AUDIÊNCIAS

A audiência envolvendo o MPES, a BR Distribuidora, o judiciário capixaba e a Procuradoria-Geral do Estado pode ter sido a última antes da criação da empresa ES Gás.

Segundo Rodrigo de Paula, as conversas estão avançadas na discussão

sobre o estatuto da companhia, no contrato de concessão e também no acordo de acionistas.

"A gente tem evoluído a cada encontro. Não foi marcada uma nova reunião, mas, se o conselho da BR Distribuidora aceitar nossos pedidos, podemos fazer uma petição em conjunto para homologar o acordo sem a necessidade de uma nova audiência", explicou o procurador-geral.

A aparente conclusão

do imbróglio envolvendo a Justiça, o Estado e a BR Distribuidora faz Rodrigo acreditar que será a própria ES Gás a responsável por planejar a ampliação da rede de gás no Estado.

"Esse planejamento não é feito a curto prazo, então, o aumento do serviço de gás deve ser estudado pela ES Gás e pela Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP), que é a responsável por regular a atividade", comentou.

Site: https://subscriber.pagesuite-professional.co.uk/custompages/Gazeta/gazeta_subscriber.aspx?eid=5c1a4ccb-65c3-47af-abd0-dc0e1f94776a